

Cotidiano profissional do assistente social: exigências profissionais, identidade e autonomia relativa nas ONGs*

Professional quotidian of the social worker: professional exigencies, identity and partial autonomy in the NGOs

JANAÍNA LOPES DO NASCIMENTO DUARTE**



RESUMO – A reestruturação do capital determinou um conjunto de mudanças no padrão de respostas à questão social, desencadeando um processo expansivo de precarização, mercantilização e refilantropização do atendimento de necessidades sociais, a partir da transferência de responsabilidades do Estado para o âmbito do mercado e do terceiro setor. Neste sentido, as ONGs se expandem como espaço sócio-ocupacional relevante para o Assistente Social, materializando limites, desafios e possibilidades objetivas de trabalho. O objetivo deste artigo é elucidar algumas indicações de análise sobre o cotidiano da atuação profissional do Assistente Social em ONGs, com foco no debate sobre as exigências profissionais, a identidade e a autonomia nestas organizações. Nas considerações finais, destacam-se alguns aspectos fundamentais para alimentar ações críticas, inovadoras e ousadas, em sintonia com o Projeto Ético-Político-Profissional do Serviço Social, tais como: qualificação teórico-metodológica, direcionamento ético-político do trabalho profissional, rompimento com as unilateralidades presentes no cotidiano e o domínio do instrumental técnico-operativo.

Palavras-chave – Questão Social. ONG. Serviço Social.

ABSTRACT – The capital's restructuration has determined a entirety of changes in the pattern of responses to the social question, causing a enlarged process of precarization, mercantilization and re-philanthropistation of the social necessities attending, from the transfer of State's responsibilities to the market ambit and to the third sector. In this way, the NGOs have been expanded how a relevant socio-occupational place to the Social Worker, materializing limits, challenges and real possibilities of work. The objective of this article is to make clear some analysis indications about the quotidian of the Social Worker's professional exigencies, the identity and the autonomy in these organizations. In the final considerations, fundamental aspects are in relief to increase critical, new and courageous actions in sintony with the Social Work's Ethic-Politic Professional Project, as: theoretic-methodological qualification, ethic-politic direction of the professional work, broking with the unilateralities presented in the quotidian and control of the technical-operative instrumental.

Keywords – Social Question. NGOs. Social Work.

* O presente texto é resultado da revisão e atualização de parte das reflexões sobre o tema contidas na dissertação de mestrado (2007), cujo título se encontra nas referências bibliográficas.

** Assistente Social (UFPE) e Mestre em Serviço Social (UFRN), Professora Assistente do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Brasília – DF/Brasil. E-mail: janaduarte@unb.br
Submetido em: março/2010. Aprovado em: junho/2010.

A conjuntura mundial de crise do capital,¹ pós-1970, conduzida pelo projeto neoliberal, redimensiona-se a partir de um conjunto de modificações ocorridas nas sociedades capitalistas, as quais resultam da necessidade do capital de reestruturar-se nas esferas da produção e da reprodução social. Com o objetivo central de garantir os padrões de acumulação e manutenção da hegemonia, com adesão e consentimento da classe trabalhadora, o capital reorganiza relações e funções sociais para o Estado, a sociedade civil e o mercado, redefinindo as dimensões políticas, econômicas, culturais e ideológicas da vida social.

Por ser uma das profissões que intervém no processo de reprodução social, no terreno de disputas entre capital e trabalho, intervindo diretamente na vida dos sujeitos, o Serviço Social vivencia no cotidiano profissional alterações significativas que diversificam e complexificam os espaços sócio-ocupacionais, imprimindo novos contornos às condições objetivas de trabalho e às demandas e requisições profissionais, com incidências sobre a identidade e a autonomia.

Nas últimas décadas, as ONGs, em decorrência das mudanças no padrão de respostas à questão social, da sua inserção na lógica da privatização das políticas sociais e das contradições da sociedade civil, adensam-se e se apresentam como “lócus” importante de atuação para o Assistente Social, materializando limites, desafios e possibilidades objetivas de trabalho.

Nesse sentido, situamos o objetivo geral deste artigo: elucidar algumas indicações de análise sobre o cotidiano da atuação profissional do Assistente Social em ONGs, com foco no debate sobre as exigências profissionais, a identidade e a autonomia nestas organizações. Dessa forma, o texto se subdivide em dois momentos: (1) um primeiro que problematiza o enfrentamento atual das expressões da questão social e a função estratégica das ONGs neste contexto; e (2) um segundo que situa particularidades do exercício profissional do Assistente Social, com destaque para as exigências profissionais (im)postas nestas organizações, tendências quanto à identidade e algumas considerações sobre autonomia.

É importante considerar que a luta contra o conservadorismo no Serviço Social, a viabilidade do projeto ético-político e a garantia de uma direção social coerente com o projeto societário das classes subalternas se expressam em um processo travado na singularidade do exercício profissional, entendida em relação dialética e contraditória com a dimensão da totalidade histórica.

Assim, acreditamos na relevância deste debate, uma vez que as iniciativas de análise do exercício profissional são primordiais para contribuir com o processo de superação do cotidiano (carregado pela aparência dos fenômenos) e para elucidar limites e possibilidades de intervenção profissional, fortalecendo o Serviço Social e estimulando o surgimento de novos questionamentos e reflexões.

Enfrentamento da questão social e função estratégica das ONGs

A integração do Brasil ao capitalismo mundializado ocorre no início da década de 1990, sob o comando do capital financeiro e do projeto neoliberal, responsáveis pela redefinição de estratégias de acumulação e pela contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003). A partir de uma escolha político-econômica, o Estado brasileiro inicia um processo de ajuste econômico e retração de políticas sociais, com forte apelo à participação da sociedade civil, neutralizando conquistas históricas da classe trabalhadora no campo dos direitos sociais.

Orquestrada pela ofensiva neoliberal, a ação sociorreguladora do Estado se retrai, pulverizando os meios de atendimento às necessidades sociais dos trabalhadores entre organizações privadas mercantis e não mercantis, limitando sua responsabilidade social à segurança pública, à fiscalidade e ao atendimento, através da assistência social, àqueles absolutamente impossibilitados de vender sua força de trabalho (MOTA, 2009, p. 59).

A contrarreforma do Estado estabelece um processo contínuo de “desmantelamento da seguridade social” (BOSCHETTI, 2004, p. 116), a partir da desresponsabilização e desfinanciamento da proteção social no Brasil, inaugurando um novo quadro de respostas às expressões da questão social:

- A precarização, principalmente da assistência social, política social não lucrativa para o capital, com focalização associada à seletividade; e
- A privatização, a partir de dois grandes veículos: a) o mercado, com destaque para as políticas de saúde, previdência e educação, pois no projeto neoliberal é necessário transformar o social em “espaço mercantil” para o financiamento da acumulação capitalista em tempos de crise; e b) o terceiro setor e as suas organizações, assumindo a responsabilidade pelas respostas às manifestações da questão social, em detrimento do Estado.

De acordo com Netto (2001, p. 48), o presente contexto societário “instaura expressões sócio-humanas diferenciadas e mais complexas, correspondentes à intensificação da exploração do trabalho”, o que se revela, na prática, no agravamento das expressões imediatas da questão social e na ampliação das desigualdades de classe, com intensa vulnerabilidade social, política, econômica e cultural da classe trabalhadora.

Por isso, o atendimento da questão social passa a evidenciar uma alteração desvantajosa para a classe trabalhadora: o Estado se retira, realizando o mínimo, e as “organizações sociais” e “organizações da sociedade civil de interesse público” ganham força na prestação de serviços sociais. Esta lógica reforça a proposta de um “Estado gerente” (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2008, p. 183) que repassa para as “mãos privadas” (terceiro setor e empresas privadas) a responsabilidade pela execução dos programas e projetos sociais, assumindo as políticas de amparo à pobreza, de forma seletiva e fragmentária.

É neste contexto de mercantilização e refilantropização que o terceiro setor ganha fôlego, fundamentado na ideologia da solidariedade e na proposta de aliança entre as classes sociais.

A partir de uma análise crítica e dialética,² o terceiro setor pode ser compreendido como um fenômeno funcional ao processo de reestruturação do capital e que está inserido nas contradições da sociedade capitalista contemporânea, representando interesses da classe dominante e, portanto, caracterizando-se como estratégia de consenso e hegemonia, uma vez que se caracteriza como um “um novo padrão para a função social de dar respostas às expressões da questão social” (MONTAÑO, 2003, p. 22), em que a comunidade/sociedade se responsabiliza pela questão social gerada pelas contradições entre as classes.

Destacamos a tendência atual de estabelecer identidade entre o terceiro setor e a sociedade civil.³ Para Iamamoto (2007, p. 204), dentro de um processo de despolitização crescente, “a sociedade civil tende a ser interpretada como um conjunto de organizações distintas e ‘complementares’, destituída dos conflitos e tensões de classe, onde prevalecem os laços de solidariedade”.

A ideia de uma sociedade civil como sinônimo do terceiro setor, sendo esvaziada de interesses de classe, compromete o entendimento e a análise da conjuntura de crise e reestruturação do capital, o desvendamento do estágio atual de destruição de direitos sociais e a crítica ao processo de transferência de responsabilidades com a questão social para a esfera privada. Esta sobreposição tem uma funcionalidade política e ideológica com o contexto de reordenamento capitalista: “canaliza o projeto político de enfraquecimento do Estado social e disfarça o caráter de classe de muitos conflitos sociais” (IAMAMOTO, 2007, p. 205). O conflito, os interesses divergentes, a heterogeneidade que perpassam a sociedade civil/burguesa, composta por classes que divergem social, política e economicamente, faces que perpassam o terceiro setor, são encobertos pelo discurso atraente da solidariedade, do voluntariado em defesa explícita do capitalismo mundializado.

Podemos inferir que a funcionalidade do terceiro setor se desdobra em duas dimensões: (a) na contribuição com o processo de redimensionamento do Estado, minimizando a intervenção deste no enfrentamento das expressões da questão social; e (b) na promoção de um clima de aliança e igualdade entre as classes sociais, dimensão esta que obscurece o conflito e fragiliza a luta e a resistência dos trabalhadores.

Nessa conjuntura, as ONGs encontram-se como expressões do terceiro setor e inseridas na sua lógica e contradição. Tais organizações destacam-se como respostas privadas às expressões da questão social, por fora das instituições estatais, contribuindo com o mito da eficácia privada em detrimento do público estatal.

Em função de estudos anteriores (DUARTE, 2002), a partir de 1990, as ONGs alteram sua função na sociedade, determinadas pelo neoliberalismo, já que são chamadas a intervir diretamente nas respostas à questão social, modificando a relação até então consolidada com os movimentos sociais. O discurso neoliberal de ineficiência do Estado e de participação da “sociedade civil organizada” constitui a justificativa dominante para o deslocamento das responsabilidades com o social do Estado para o terceiro setor e para as ONGs, uma de suas expressões mais evidentes. Dilui-se um movimento de “positividade” e investimento em relação às ONGs em detrimento dos movimentos sociais e da garantia de políticas sociais públicas.⁴

As “parcerias” constituem o mecanismo pelo qual as ONGs implementam sua intervenção na questão social, bem como o Estado viabiliza sua proposta de redução com o social por meio da publicização.⁵ Há um sentido político e ideológico na constituição das chamadas parcerias: sedimentar as mudanças necessárias à ordem do capital e amortecer os rebatimentos sociais. Na análise de Sitcovsky (2009, p. 177):

A função das parcerias responde pela necessidade de encobrir o deslocamento do atendimento às requisições da classe trabalhadora para a esfera do mercado e da sociedade civil. Assim como têm a função de negar uma aceitação da população, através da construção de consensos que possibilitem o rearranjo das esferas da produção e reprodução social de um capitalismo em crise.

Iamamoto (2009) nos chama a atenção para as particularidades em relação à abrangência e aos interesses que circundam os projetos gestados e implementados por instituições privadas, como as ONGs e as instituições públicas.

Os projetos levados a efeito por organizações privadas apresentam uma característica central que os diferenciam: não se movem pelo interesse público e sim pelo interesse privado de certos grupos e segmentos sociais, reforçando a seletividade no atendimento, segundo critérios estabelecidos pelos mantenedores. Portanto, ainda que o trabalho concreto do assistente social seja idêntico – no seu conteúdo útil e formas de processamento –, o sentido e os resultados sociais desses trabalhos são inteiramente distintos, visto que presididos por lógicas diferentes: a do direito privado e do direito público, alterando-se, pois, o significado social do trabalho técnico-profissional e seu nível de abrangência (IAMAMOTO, 2009, p. 366).

Além da alteração no significado social e na abrangência da sua atuação, nas ONGs os Assistentes Sociais também “sentem na pele” um outro conjunto de modificações resultantes do processo de reestruturação capitalista: as tendências desastrosas do mundo do trabalho. Não podendo ser diferente nestas organizações, os Assistentes Sociais vivenciam intensamente as tendências de precarização e exploração do trabalho (DUARTE, 2007), por meio de situações de instabilidade e insegurança, polivalência, terceirizações (não só nas ONGs, mas também em outros espaços do terceiro setor), bem

como novas demandas e competências profissionais se impõem, articuladas às exigências do capital mundializado.

É no contexto contraditório das ONGs que os Assistentes Sociais concretizam sua atuação no trato à questão social, portanto, no emaranhado das mudanças societárias do nosso tempo; mudanças estas que incidem sobre o cotidiano das instituições e sobre os projetos profissionais, exigindo novas habilidades e competências. Assim, particularidades e tendências para o Serviço Social emergem no espaço das ONGs, inspirando novos desafios para a materialização do Projeto Ético-Político e Profissional.

Particularidades e tendências do serviço social nas ONGs⁶

Exigências institucionais (im)postas

O solo histórico presente atribui novos contornos ao exercício profissional nas ONGs, intensificando exigências profissionais, tais como: qualificação, competência, criatividade, dinamismo e flexibilidade, palavras carregadas de utilidade e significado em uma conjuntura de crise mundial do capital.

A exigência do domínio de conhecimentos emerge como característica essencial deste processo nas ONGs, sendo valorizados a informação sobre a área particular de atuação, o estudo social sobre o público-alvo, não esquecendo a preponderância das questões administrativo-financeiras, o que justifica a requisição crescente de profissionais para a gestão e a coordenação institucionais.

Nesse conjunto também se inserem exigências direcionadas para a leitura e análise dos orçamentos públicos, para a identificação de alvos e metas, bem como para os recursos disponíveis, visando à captação de recursos e ao planejamento e execução de ações e projetos. Portanto, a ênfase está na área de atuação, bem como na gerência e coordenação da instituição ONG e dos seus projetos sociais, o que poderia ser explicado a partir da tendência crescente, em tais espaços sócio-ocupacionais, da atribuição “assessoria e consultoria”, principalmente para os profissionais mais experientes. Tal exigência vem ganhando espaço e gerando um grupo de profissionais extremamente “habilitado em ONGs”, com conhecimentos específicos sobre projetos sociais, captação de recursos, prestação de contas e administração de pessoal.

Outra exigência para o Assistente Social, articulada com a discussão anterior, é a elaboração e avaliação de programas e projetos sociais, somadas ao planejamento, gestão e monitoramento das ações e serviços, principalmente em “equipes multiprofissionais”. A partir de 1990, as ONGs têm como condição de existência e funcionamento a execução de projetos sociais que se mantêm com verba e apoio financeiro de agências de cooperação internacional, do Estado ou de outras organizações. A capacidade de negociação é outra exigência essencial nesta dinâmica com os financiadores, além das requisições no campo da pesquisa e da realização de diagnósticos socioeconômicos locais (municípios).

É desnecessário discutir o peso dos critérios e das imposições dos financiadores em relação à liberação de recursos para definir o perímetro dos projetos, objetivando sua implementação junto aos usuários (sujeitos individuais e/ou coletivos). Portanto, a exigência da elaboração e avaliação de programas e projetos se coloca como estratégica nestes espaços ocupacionais.

Analisando as exigências enfatizadas, dentre tantas outras, para o Assistente Social nas ONGs, verificamos que estas, bem como a realidade institucional, encontram-se inscritas e marcadas pela totalidade sócio-histórica contemporânea; isso porque

[...] a forma e a natureza das relações sociais determinam as tendências das práticas sociais ao priorizar necessidades que, no âmbito da experiência profissional, assumem o estatuto de objetos de intervenção, materializando as exigências do mercado de trabalho e o lugar da profissão na divisão sociotécnica do trabalho (MOTA; AMARAL, 1998, p. 42).

Assim, as exigências atuais para o profissional de Serviço Social não estão desarticuladas das necessidades do capital de maior exploração da classe trabalhadora, em função da ampliação da produtividade e, portanto, estas exigências profissionais têm sintonia com a conjuntura de alterações no mundo do trabalho e de intensa privatização e mercantilização da satisfação de necessidades sociais. É importante considerar que “as requisições, exigências, demandas e os espaços sócio-ocupacionais que as mediatizam não esgotam as possibilidades da intervenção profissional” (ABREU, 2002, p. 190), mas oferecem pistas essenciais sobre as contradições que perpassam o exercício profissional do Assistente Social, em face dos interesses de classes em conflito.

A intensificação da exploração em busca do aumento de produtividade expõe os trabalhadores às situações de polivalência, ao acúmulo de atividades e funções (concentração de atribuições), aos serviços terceirizados (assessorias e consultorias) e à incessante atualização de conhecimentos e informações, a fim de atender “novas e velhas” demandas institucionais. Isso é pertinente para a categoria profissional do Serviço Social nos variados espaços sócio-ocupacionais, inclusive nas ONGs. Exige-se, também, no campo das ONGs, um trabalhador plenamente “adaptado e dinâmico” à reorganização da produção e da reprodução social sob a égide do capital.

É nesse debate que se concentra a importância de articular as exigências nas ONGs e as mediações que vinculam o cotidiano profissional ao processo de reestruturação do capital, pois só assim será possível vislumbrar possibilidades de intervenção em concomitância com os princípios e os valores do projeto ético-político-profissional.

Tendências quanto à identidade profissional⁷

É oportuno resgatar que no processo de renovação da profissão do Serviço Social no Brasil e na América Latina, conhecido como Movimento de Reconceituação (décadas de 60 e 70 do século XX), as bases do tradicionalismo e do conservadorismo são questionadas e o Serviço Social é inserido, como profissão, no âmago da reprodução das relações sociais capitalistas. A partir deste contexto, o Serviço Social reconstrói sua identidade profissional, na contramão da “identidade atribuída”⁸ (MARTINELLI, 2001) socialmente, lançando um olhar mais crítico sobre o seu papel na sociedade capitalista, o que culmina com o projeto ético-político-profissional. Entretanto, no estágio atual do capitalismo, de crise e reestruturação do capital, a identidade profissional, pautada em valores e princípios do projeto ético-político-profissional do Serviço Social, vem sendo ameaçada no cotidiano profissional, particularmente no espaço sócio-ocupacional das ONGs, no qual alguns aspectos do cotidiano profissional dão o tom desta ameaça real.

Um aspecto a considerar, de modo geral, é a identificação, nas ONGs, de certa confusão entre cargo e profissão,⁹ principalmente em decorrência da nomenclatura utilizada nestes espaços, tais como: “educadora social”, “assessora”, “coordenadora”, “de técnico social”, “assistente de coordenação”, dentre outras. Tal consideração é relevante para o Assistente Social, uma vez que sua consciência enquanto profissional qualifica seu trabalho, delimita suas atribuições e competências; por outro lado, o cargo se constitui como mera denominação que pouco explica sobre a sua atuação profissional.

O segundo aspecto relevante no debate é que, na dinâmica atual do mercado de trabalho, configura-se a tendência do empregador de não respeitar as profissões regulamentadas e, neste sentido, não reconhecer a profissão e o seu conjunto de especificidades, mas admitir uma gama de habilidades e competências atreladas a uma condição extrema de adaptabilidade e produtividade do trabalhador. Tais elementos são valorizados pelo capital como estratégias para o aumento da produtividade e das taxas de lucro, bem como para a fragilização e controle da classe trabalhadora; isto porque, além de garantir a maior exploração, diminui a capacidade de organização e resistência ao processo de reestruturação. Na realidade, um trabalhador que não se reconhece como um profissional com formação específica torna-se

mais vulnerável aos ditames do empregador, pois se desarticula das discussões e das lutas da categoria profissional.

Esse contexto que abala a identidade materializa-se na tendência contemporânea de desregulamentação e desprofissionalização no mercado de trabalho, útil e funcional à lógica de reordenamento do capital. No tocante ao Serviço Social, a tendência de desprofissionalização impõe-se no espaço das ONGs e coloca-se como um desafio ao reconhecimento e à identidade profissional. Isso porque, segundo Assis (2004), a desprofissionalização se desdobra na não identificação com a profissão; no afastamento das discussões que perpassam a qualificação profissional específica do Serviço Social; na fragmentação e perda do poder de luta da profissão; na não diferenciação de funcionalidades para as profissões sociais; dentre outras questões. É um movimento perverso que dilui a luta e o reconhecimento profissional em tempos de perda de direitos sociais e de hegemonia do capital, momento sócio-histórico contrarrevolucionário.¹⁰

Outro ponto importante é que a desprofissionalização promove uma ausência de reflexão mais ampla das atribuições assumidas frente às legislações da profissão, assim como possibilita certo distanciamento de documentos legais específicos do Serviço Social, como, por exemplo, a Lei de Regulamentação da Profissão de Serviço Social – nº 8.662/1993 –, as resoluções editadas pelos CRESS e pelo CFESS, dentre outros. Por isso, Iamamoto (2002, p. 40) esclarece:

Não é a função atribuída pelo empregador que define a qualificação profissional, as competências e atribuições que lhe são inerentes. A profissionalização depende da formação universitária que atribui o grau de Assistente Social e do conselho profissional que dispõe de poder legal para autorizar e fiscalizar o exercício, a partir das atribuições e competências identificadas historicamente e reguladas por lei.

A consolidação da atuação profissional em equipes multiprofissionais em ONGs, no qual o Assistente Social partilha atividades com profissionais de diversas especialidades (psicólogo, sociólogo, cientista político, agrônomo, pedagogo, historiador, advogado, dentre outros), pode contribuir para a diluição de particularidades profissionais, principalmente quando este profissional se distancia das discussões e reflexões próprias do Serviço Social.

Iamamoto (2002) contribui com o debate afirmando que é necessário desmistificar, especialmente neste espaço sócio-ocupacional chamado ONG, que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre os participantes, a qual conduz à diluição de suas particularidades profissionais, pois:

São as diferenças de especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças. Em outros termos, a equipe condensa uma unidade de diversidades. Neste contexto, o Assistente Social, mesmo realizando atividades partilhadas com outros profissionais, dispõe de ângulos particulares de observação na interpretação dos mesmos processos sociais e uma competência também distinta para o encaminhamento das ações [...] Cada um dos especialistas, em decorrência de sua formação e das situações com que se defronta na sua história social e profissional, desenvolve sensibilidade e capacitação teórico-metodológica para identificar nexos e relações presentes nas expressões da questão social com as quais trabalham e distintas competências e habilidades para desempenhar as ações propostas (IAMAMOTO, 2002, p. 41).

É incondicional a necessidade de resgate das legislações da profissão, bem como um debate e análise crítica sobre o exercício profissional em ONGs, ambos pautados no projeto ético-político-profissional (atentando para as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas do Serviço Social), a fim de aproximar os Assistentes Sociais das mudanças societárias e das discussões

contemporâneas da profissão, desmistificar o trabalho desprofissionalizante em tais organizações e retomar a dimensão da identidade profissional em sua plenitude crítica.

Considerações sobre a autonomia profissional

A autonomia profissional constitui um dos desafios contemporâneos postos ao Assistente Social, embora esta questão seja garantida como um dos seus direitos no Artigo 2º, alínea “h”, do Código de Ética de 1993: “[...] ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções” (CFESS, 2003, p. 13). Por outro lado, é imprescindível ultrapassar o aspecto legal e considerar a autonomia no sentido de formular respostas profissionais críticas, coletivas, articuladas necessariamente às necessidades da classe trabalhadora e pautadas no projeto ético-político-profissional do Serviço Social.

Não se podem negar as possibilidades de autonomia profissional, mas é necessário considerar as condições objetivas em que esta se realiza. De acordo com Mota e Amaral (1998, p. 42),

Não se pode omitir, na trajetória de uma profissão, a existência de uma relativa autonomia teórica, política, ética e técnica que é exercitada pelo profissional – sob determinadas condições objetivas – ao atuar sobre uma dada realidade, problematizando-a com o aporte dos conhecimentos sistematizados e dos princípios que formaram a sua identidade ocupacional.

Para Iamamoto (2009, p. 352), não podemos esquecer que existe uma interferência direta dos empregadores na definição do trabalho profissional, uma vez que a relação estabelecida entre o profissional e o objeto de intervenção “depende do prévio recorte das políticas definidas pelos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas”.

No universo das ONGs é subjacente, especialmente para os Assistentes Sociais, a tendência dos profissionais identificarem a possibilidade de autonomia com o tipo de relações estabelecidas nestas organizações, ou seja, relações consideradas mais “horizontalizadas e democráticas”, gerando o mito da participação igualitária entre os sujeitos da instituição. Um elemento importante para a análise desta tendência é o *messianismo* (IAMAMOTO, 2009), presente no cotidiano profissional, que ainda confunde e dificulta a análise crítica, “subestimando os determinantes histórico-estruturais objetivos que atravessam o exercício de uma profissão” (idem, p. 349), particularmente no mundo das ONGs, no qual a militância por vezes se confunde com a profissionalização.

Outro aspecto a considerar seria a chamada “confiança”, uma vez que, depositada pela instituição no trabalhador para a realização das suas atividades profissionais, seria um “cartão de acesso” para a conquista da autonomia profissional. É fundamental salientar que a confiança é conquistada, na ONG, a partir de um processo contínuo de competência e qualidade do trabalho executado, atendendo aos interesses da instituição, ou seja, são critérios objetivos e concretos que definem tal confiança institucional, não apresentando relação direta com a questão da autonomia.

Na realidade, os princípios, os objetivos, os recursos disponíveis, os interesses e projetos institucionais impõem um conjunto de limites que também atravessam a questão da autonomia profissional. Nessa direção, Assis (2004, p. 124, grifos nossos) contribui com o debate e afirma que “a liberdade de execução é dada desde que sejam seguidos os *princípios ideológicos da instituição*”, o que caracteriza uma autonomia relativa, ou seja, em função de determinadas condições objetivas de trabalho.

Na direção da defesa e expansão da autonomia relativa,¹¹ e da sua análise crítica por parte dos Assistentes Sociais que trabalham em ONGs, resgatamos a contribuição da autora Iamamoto (2009, p. 353):

[...] é fundamental o respaldo coletivo da categoria para a definição de um perfil da profissão: valores que a orientam, competências teórico-metodológicas e operativas e prerrogativas legais necessárias à sua implementação, entre outras dimensões, que materializam um projeto profissional associado às forças sociais comprometidas com a democratização da vida em sociedade. Este respaldo político-profissional mostra-se, no cotidiano, como uma importante estratégia de alargamento da relativa autonomia do assistente social, contra a alienação do trabalho assalariado.

Expandir os lastros da autonomia profissional significa considerar as condições objetivas de trabalho, a competência teórica crítica e a direção ética e política da atuação profissional, pautados num conjunto de valores e princípios do projeto ético-político-profissional do Serviço Social.

Considerações finais

Enveredar pela reflexão crítica da atuação profissional do Assistente Social em um determinado espaço sócio-ocupacional é um grande desafio que exige a cuidadosa apropriação das singularidades e particularidades, bem como a análise da sua inserção no contexto das profundas transformações societárias em curso. Este artigo não tinha a pretensão de elucidar toda a complexidade que perpassa o universo das ONGs e a atuação profissional do Assistente Social, mas tão somente contribuir, a partir de algumas considerações, com o debate sobre exigências profissionais, identidade e autonomia, sempre articulado à totalidade histórica.

Na conjuntura de crise mundial do capitalismo, o processo expansivo de privatização e precarização do atendimento de necessidades sociais é o solo fértil no qual os Assistentes Sociais atuam, principalmente no âmbito das ONGs, que se fortalecem e se legitimam neste campo, contribuindo para o processo de manutenção da hegemonia política, econômica e social do capital. Tal contexto é condição central para aumento das taxas de lucro, com retirada do Estado da órbita direta da questão social, e para a transformação dos espaços públicos de garantia de direitos em “lócus” do mercado e da filantropia.

É no emaranhado de contradições e possibilidades que se gestam as condições objetivas de trabalho do Assistente Social nas ONGs: a atuação está impregnada dos “sabores e dissabores”, conflitos, interesses e lógica do terceiro setor e das suas confusas relações na conjuntura de reestruturação.

É oportuno destacar que as particularidades e tendências quanto a exigências profissionais, identidade e autonomia são tecidas pelas transformações contemporâneas de âmbito mundial e pelas especificidades do espaço sócio-ocupacional das ONGs. As exigências profissionais se consolidam pautadas nos padrões de produtividade e qualidade do processo de reestruturação capitalista, a fim de manter essas organizações alinhadas com os interesses hegemônicos da classe dominante. No campo da identidade e da autonomia profissionais, a “ideologia da instituição”, norteadas pela lógica da “sociedade civil homogênea”, envolve e confunde o profissional de Serviço Social, que, muitas vezes, sintoniza seu projeto de profissão com o objetivo/projeto institucional e, assim, compromete o reconhecimento mais crítico da identidade e as possibilidades da autonomia relativa. O cotidiano portador de imediatismo e alienação é rico de determinações que precisam ser desveladas, em articulação com os processos sócio-históricos contemporâneos. Por isso, não estar atento às contradições e aos limites (im)postos pela conjuntura de reestruturação do capital tende a legitimar o projeto hegemônico neoliberal.

Inúmeros são os desafios, mas a luta é constante e árdua. O caminho para nutrir ações e concretizar alternativas inovadoras e ousadas diante das exigências (im)postas, da afirmação da nossa identidade profissional e da busca da ampliação da autonomia relativa nos espaços sócio-ocupacionais, particularmente nas ONGs, perpassa fundamentalmente, dentre outros aspectos, pelo(a):

- Qualificação teórico-metodológica, fundada na teoria social crítica e dialética que nos permita, por aproximações sucessivas, compreender a dinâmica societária e “atribuir

transparência às brumas ideológicas que encobrem os processos sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 344), bem como elucidar as condições de vida e as necessidades sociais dos usuários, a fim de ultrapassar demandas institucionais;

- Direcionamento ético-político do trabalho profissional, com afirmação de princípios e valores do Projeto Ético-Político, do conhecimento e domínio das legislações e produções contemporâneas do Serviço Social e da articulação e organização política dos Assistentes Sociais, nos mais diversos espaços de luta na sociedade;
- Rompimento com as unilateralidades presentes no cotidiano do trabalho do Assistente Social com “vieses ora fatalistas, ora messiânicos” (IAMAMOTO, 2009, p. 349). É central na agenda do Assistente Social a análise profunda do cotidiano profissional, por meio de estudos e pesquisas acadêmicas, com o objetivo de decifrar situações e limites;
- Domínio do instrumental técnico-operativo, à luz da instrumentalidade do Serviço Social, a fim de potencializar ações profissionais, principalmente aquelas direcionadas para a organização dos sujeitos coletivos e para o fortalecimento dos direitos sociais.

Em tempos tão difíceis para os trabalhadores, é necessário lutar bravamente, guiados pelo sólido projeto ético-político-profissional do Serviço Social, impulsionando o fortalecimento de um projeto societário contra-hegemônico comprometido com os interesses e necessidades das classes subalternas. Façamos nossas as palavras de Elis Regina na canção “Nada será como antes amanhã”, carregada de esperança, possibilidades e resistência: “[...] sei que nada será como está, amanhã ou depois de amanhã. Resistindo na boca da noite um gosto de sol”. “Gosto de sol” que nos move na direção da construção coletiva de uma sociabilidade para além do capital.

Referências

- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ASSIS, Rivânia Lúcia Moura de. *Terceiro Setor e Serviço Social: (des)construção do projeto ético-político-profissional*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.
- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete. Seguridade Social e projeto ético-político do Serviço Social: que direitos para qual cidadania? *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 79, p. 108-132, 2004.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). Código de ética profissional. In: *COLETÂNEA de Leis*. 4. ed. Natal: CRESS 14. Região, 2003, p. 9-28.
- DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. *O Serviço Social e nas organizações não governamentais: tendências e particularidades*. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- _____. *ONGs e políticas sociais públicas: um espaço em discussão a partir da Reforma do Estado no Brasil na década de 90*. Monografia de conclusão de curso de especialização. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.
- _____. A funcionalidade do terceiro setor e das ONGs no capitalismo contemporâneo: o debate sobre sociedade civil e função social. *Revista Libertas*, Juiz de fora, v. 2, n. 2, p. 52-76, jul. 2008 (ISSN1980-8518). Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistalibertas/files/2010/01/artigo03_5.pdf>.
- FERNANDES, Rubem César. *Privado porém público: o Terceiro Setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Atribuições privativas do(a) Assistente Social*. Brasília, DF: CFESS, 2002. p. 13-50.
- _____. Capital fetiche, questão social e Serviço Social. In: *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. São Paulo: Cortez, 2007. p. 195-208.
- _____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade IV: O significado do trabalho do Assistente Social nos distintos espaços sócio-ocupacionais. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 341-375.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social: identidade e alienação*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e serviço social. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). *A nova fábrica de consensos*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 23-44.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Unidade I: O significado sócio-histórico das transformações da sociedade contemporânea. CFESS/ABEPSS: Brasília, 2009. p. 51-67.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, César Henrique; SITCOVSKY, Marcelo. As tendências da política de Assistência Social, o SUAS e a formação profissional. In: MOTA, A. E. (org.). *O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, Política e Sociedade*. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009, p.180-198.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 2, n. 3. p. 41-49, 2001.

SITCOVSKY, Marcelo. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. In: MOTA, A. E. (Org.). *O mito da assistência social: ensaios sobre estado, política e sociedade*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009. p. 147-179.

¹ “Longe de serem naturais, as crises revelam as contradições do modo de produção capitalista, entre elas, a sua contradição fundamental, a produção socializada e a apropriação privada da riqueza [...]” (MOTA, 2009, p. 54).

² Há autores, sendo Rubem César Fernandes (1994) um dos mais significativos, que defendem de forma conservadora e acrítica o chamado terceiro setor, considerando-o como a “chave” para a resolução dos problemas sociais para além do Estado e do mercado, livre de interesses e conflitos de classes.

³ É oportuno ressaltar que compreendemos sociedade civil como uma arena de conflitos, espaço da organização dos interesses de classe (capital e trabalho), tendo em vista a luta pela hegemonia de determinado projeto societário.

⁴ Maiores reflexões sobre a alteração da função social das ONGs no período pós-1990 foram publicadas em Duarte, 2008, cuja referência completa encontra-se na bibliografia deste artigo.

⁵ Partilhamos da concepção de Montaño (2003) de que a publicização é a denominação ideológica dada à transferência de questões públicas da responsabilidade estatal para o chamado terceiro setor (incluindo-se as ONGs) e ao repasse de recursos públicos para âmbito privado, a partir da contrarreforma do Estado.

⁶ As reflexões contidas neste item têm relação direta com estudos realizados anteriormente (DUARTE, 2007) e com as nossas experiências profissionais realizadas nas ONGs da Região Metropolitana do Recife/PE.

⁷ Compreendemos que a identidade profissional deve ser pensada diante do movimento contraditório do real e pautada, sobretudo, no acúmulo construído pela profissão e as suas entidades representativas (ABEPSS, conjunto CFESS/CRESS, ENESSO) ao longo da sua trajetória sócio-histórica.

⁸ A autora Martinelli (2001) analisa a identidade atribuída pelo capitalismo à profissão e tomada como referencial persistente da prática do Serviço Social. “Num verdadeiro fetichismo, a identidade atribuída é que é fixada como identidade da profissão, abrindo amplos espaços para a produção de um percurso alienado, alienante e alienador da prática profissional” (Idem, p. 18).

⁹ Compreendemos cargo como nomenclatura utilizada nas diversas instituições, particularmente nas ONGs, que denomina o posto assumido, limitando e confundindo o campo de atuação profissional do Serviço Social. A compreensão de profissão, especificamente de Serviço Social, é mais abrangente e carrega um conjunto de atribuições privativas, competências, valores e princípios ético-políticos pautados em um projeto de profissão que nos garante uma gama de possibilidades de intervenção.

¹⁰ Contrarrevolucionário, no sentido da classe trabalhadora encontrar-se fragmentada e fragilizada pelas alterações na órbita do trabalho, sendo mais difícil a articulação e a luta em torno de um projeto societário para além do capitalismo vigente.

¹¹ Vale destacar que na sociedade capitalista a autonomia será sempre relativa. Entretanto, suas margens e possibilidades estão postas no cotidiano profissional e na tensão entre as demandas do capital e do trabalho.